BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**, 1998.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Terceiro e Quarto ciclos**. Brasília: MEC/SET, 1998.

BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. **Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.

COSTA, Violeta Hemsy de. **Estudos de Psicopedagogia Musical**. 3. Ed. São Paulo: Summus, 2004.

CUNHA, Maria Zilda. **Entre livros e telas – A narrativa para crianças e jovens: saberes sensíveis e olhares críticos**. In. VI Atlântica n.14. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

DINELLO, P. **Conhecer e Aprender- Sabedoria dos limites e desafios**. Artmed: Porto Alegre, 1998.

DIDONET, V. **Creche: a que veio... Para onde vai...** Em Aberto (Brasília, DF), v.18, n.73, p.11-28, jul. 1998.

GARAUDY, Roger. **Dançar a Vida** – Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

JAPIASSU– Hilton. **Sonho Transdisciplinar e as Razões da Filosofia**, Imago, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. R.; CORSINO, P. **Infância e crianças de seis anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 69-85, jan./abr. 1992.

MACHADO, Ana Maria. **Abrindo Caminho**. São Paulo: Ática, 1994.

MARQUES, Isabel. **Dançando na Escola**. São Paulo. Cortez, 2001.

RIBAS, J.C. **Música e Medicina**. EDIGRAF Ltda. 2ª ed. São Paulo, 1957.

TAVARES, IM; CIT, S. **Linguagem da música**. Curitiba: IBPEX, 2013.

ULLMANN, Jr., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1985.

WILLWMS, Anna Maria Gonçalves. **Brincando de Música: Experiências com Sons, Ritmos, Música e Movimentos na Pré-Escola**. Porto Alegre: Kuarup, 1999.

Intervenção psicopedagógica no processo de inclusão na educação infantil

Cleide Rosália Fernandes Nichele

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar e relatar as informações sobre a inclusão de crianças com algum tipo de deficiência, seja física ou psíquica, na educação infantil, visando o papel que a escola inclusiva deve assumir no processo de inclusão escolar.

Como se deu o processo histórico deste movimento, o que a legislação nos oferece, e como se dá o processo de intervenção psicopedagógica através do lúdico pelos profissionais da educação infantil, são as partes principais que compõe este trabalho.

O estudo está orientado para a repercussão dessas condições que implicam a não existência de um território comum, com consequências para a explicitação de ideias e o diálogo autêntico, principalmente porque escola/professores está despreparado para atender a essa clientela.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Criança, Lúdico e Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo refletir sobre a complexidade da problemática da aceitação da diversidade, exclusão e inclusão de pessoas com deficiência de qualquer natureza, e problematizar, levantar questões acerca dos limites e possibilidades a respeito da proposta da inclusão dentro da escola que tanto pode excluir quanto incluir.

Esta discussão é importante para que possamos compreender os limites e possibilidades da proposta da inclusão para as pessoas com deficiência intelectual ou física dentro de uma escola de educação infantil e, a partir disso, construir práticas e políticas de inclusão que de fato sejam bem-sucedidas.

A meta desta pesquisa é conhecer como se entrelaçam as diferentes maneiras de enxergar e combinar possibilidades de intervenção psicopedagógicas e educativas no processo de inclusão do deficiente e entender em que medida ocorre ou não a efetivação das novas diretrizes do ensino básico brasileiro.

Pretende-se desenvolver nesse trabalho um estudo a respeito das diferentes dificuldades apresentadas pelos

professores quando trabalham em uma sala de aula da educação infantil e é inserido na turma um aluno com deficiência, seja ela física ou psíquica e que são discutidas em pesquisas e estudos sobre esse tema.

Em minha experiência em sala de aula como professora de educação infantil, me deparei com alunos de necessidades educacionais especiais e muitas vezes não sabemos o que fazer e como trabalhar com esses alunos, devido à despreparação, muitas vezes acaba sendo excluído.

A perspectiva da construção de políticas públicas de inclusão educacional significa escolas para todos em que os alunos, independentemente de suas características, tenham condições de acesso, como previsto na legislação.

Diante de tal situação e vivências particulares sobre o tema inclusão o qual faz meu sangue vibrar não só de alegria, mas também de tristeza por ter consciência de sua não efetividade cotidianamente, talvez pela novidade, tanto para a escola como para sociedade há muito para se discutir no sentido de uma inclusão plena.

Provocar discussões sobre esse assunto significa munir cada vez mais a sociedade para o caminho da ética, da moral e da responsabilidade como ser humano em seu mais profundo existir na luta pela libertação das amarras e do descaso e do desrespeito.

Para realizar meus estudos esta pesquisa foi baseada na análise da bibliografia para obter as informações de que necessitava, realizei algumas pesquisas na Internet, li artigos em revistas especializadas em educação, além de consultar literaturas de autores que abordam sobre o tema.

No primeiro, contextualizam-se os aspectos históricos da inclusão e apresenta-se de forma sucinta o processo de inclusão de alunos com deficiências e algumas considerações na busca da melhoria nesse processo.

A Educação Inclusiva preconiza o acesso e permanência dos alunos com deficiência nas escolas, por intermédio da matrícula em classes regulares de ensino, ao mesmo tempo em que propõe a reestruturação do sistema educacional para atender à diversidade de aprendizagem dos alunos com deficiência.

INCLUSÃO ESCOLAR: UM BREVE HISTÓRICO

A inclusão escolar é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade e não deve ser confundida com assistencialismo ou caridade.

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão, para tanto deve estar fundamentada com a concepção social, pessoal, cultural, filosófica, política e econômica.

Para Sassaki (1997, p.42) inclusão é:

"Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papeis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da via."

Tem sido prática comum deliberar e discutir acerca da inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência: mencionando direitos inerentes a uma deficiência específica, abrangendo todos os direitos de forma generalizada, embrulhando-os, sem maiores cuidados em mostrar detalhadamente estes.

Inclusão social é um processo para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, e, portanto, também do próprio portador de necessidades especiais.

A inclusão é uma ação que combate a exclusão social, geralmente ligada a pessoas de classe social, nível educacional, portadoras de deficiência física e mental, idosas ou minorias raciais entre outras que não tem acesso a várias oportunidades, ou seja, incluir é também oferecer aos mais necessitados oportunidades de participarem da distribuição de renda do País, dentro de um sistema que beneficie a todos e não somente uma camada da sociedade.

Em 1970, o número de alunos com necessidades educacionais especiais triplicou nas escolas públicas e entre os anos 1960 e 1970, a quantidade de crianças deficientes que recebiam serviços de educação especializada aumentou em torno de seis vezes mais, a contar do ano de 1948 a 1974 nos Estados Unidos.

A inclusão na educação é uma mudança de postura (Mantoan, 2002) Ao adotar uma postura inclusiva, que exige ética, respeito, dedicação além de muita pesquisa, pode se verificar a necessidade de reestruturação dos sistemas de ensino brasileiro que devem se organizar para dar respostas às necessidades educacionais de todos educandos.

De acordo com a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), o conceito de inclusão é um desafio para a educação, uma vez que estabelece que o direito à educação seja para todos e não só para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, como podemos observar no trecho abaixo: as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

No entanto a Declaração de Salamanca trouxe um avanço importante ao chamar atenção dos governantes para a necessidade de aplicar todo o investimento possível para o redimensionamento das escolas, para que possam atender, com qualidade, a todas as crianças, a despeito de suas diferenças e /ou dificuldades.

Podemos ser ingênuos a ponto de julgar que a inclusão é um processo fácil e que uma mudança significativa nas possibilidades educacionais das pessoas que apresentam deficiência já está se dando, como afirmam os documentos oficiais (Ferreira e Ferreira, 2004 apud Oliviera e Miranda, 2006).

A inclusão social é um processo para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, e, portanto, também do próprio portador de necessidades especiais.

O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO

A Legislação Brasileira ampara o processo da inclusão na educação infantil de forma a se embasar numa trajetória que diariamente construímos juntos.

A partir deste movimento a Inclusão Educacional tornou-se cada vez mais necessária e por isso, a implantação de políticas no segmento da Educação Infantil para alcançar tal objetivo, tornou-se ainda mais urgente, na qual se baseava em três vertentes: garantir o acesso e a permanência, com êxito, das crianças com necessidade especiais na Educação Infantil da rede regular de ensino;

O modelo escolar antigo possuía uma visão assistencialista na Educação Infantil, rompendo com este e buscando atender as crianças que apresentam necessidades especiais com a Inclusão efetiva, conseguiremos alcançar o desenvolvimento de todas as crianças, considerando-a autônoma e capaz no ambiente em que está imersa.

Atualmente, na legislação educacional (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Educação Infantil é definida como a primeira fase da educação básica, que para os leigos no assunto, significa um período de brincar, de desfrutar do lúdico sem cobranças, para outros com mais conhecimento, a criança é vista como um sujeito ativo na construção do seu conhecimento e da sua cidadania.

É necessário lembrar que a Educação Infantil é uma etapa privilegiada para o avanço em direção aos objetivos da educação inclusiva e a infância é o melhor momento para se oportunizar a aprendizagem das diferenças, envolvendo-se também neste processo, pais, professores e sociedade em geral.

Uma instituição educacional que acredita na inclusão deve ter o compromisso de proporcionar situações na rotina da escola que envolva o respeito, amor, cidadania, cuidar de si e do outro, aceitação, companheirismo e todos os valores necessários na formação de um cidadão.

A definição básica da criança que apresenta necessidade especial consiste em que esta apresenta uma necessidade especial na aprendizagem, podendo ser decorrente ou não de causa orgânica, ou ainda, ser resultado de um talento muito superior à média dos colegas das classes regulares de ensino.

Para isso, é necessário fazer o diagnóstico educacional que consiste em utilizar recursos e procedimentos técnicos por profissionais que compões uma equipe multidisciplinar que avaliarão as crianças e destacarão as características de suas necessidades especiais, bem como poderão elencar causas e consequências destas de forma segura e que serão úteis para o desenvolvimento do trabalho na sala de aula inclusiva.

Diante disso, a partir dos diagnósticos educacionais realizados e das escolas e da realidade de cada instituição, pode ser sugerida a organização do Ensino Itinerante (professor especializado visita escolas diferentes orientando os demais professores e também alguns alunos) e da Sala de Recursos (sala que conta com material e equipamentos especiais, utilizados por professor especializado que orienta os alunos a utilizá-los na construção do conhecimento).

Outro recurso muito interessante e de grande valia, principalmente para as crianças menores é a Estimulação Precoce que tem como princípio básico a intervenção de uma equipe multidisciplinar no sentido de incentivar o desenvolvimento global da criança através das vivências, estratégias que enfocam os aspectos físico, sensório-perceptivo, motor, sócio-afetivo, cognitivo e da linguagem.

Uma escola de Educação Infantil pautada na inclusão e que permita a convivência da comunidade, essa consciência da diversidade, possibilitará um preparo para a cidadania e um desenvolvimento humano muito maior para todas estas crianças, proporcionando a elas a garantia do cumprimento das leis vigentes, bem como do desenvolvimento integral da criança e consequentemente da conquista de um futuro mais justo nos diversos segmentos da sociedade a que pertence.

Conhecendo melhor as peculiaridades de cada uma destas necessidades especiais é possível identificar a signi-

ficância da luta pela inclusão que visa à inserção destas crianças na escola regular de ensino desde a Educação Infantil, tentando assim assegurar a elas melhores condições de vida e de crescimento, tendo em vista que suas limitações podem ser superadas, embora precise de auxílio constante da escola, da família, da sociedade tão quanto antes for possível.

O ingresso na instituição de educação infantil pode alargar o universo inicial das crianças, em vista da possibilidade de conviverem com outras crianças e com adultos de origens e hábitos culturais diversos, de aprender novas brincadeiras, de adquirir conhecimentos sobre realidades distantes.

Para a criança que apresenta necessidades especiais, este ingresso pode significar a vitória sobre a segregação, pois estando em contato com crianças "normais", ela aprende o que vivencia e se torna parte fundamental deste mundo, no qual tudo parece desconhecido, mas também do qual necessariamente fará parte.

RCNEI – Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais definem que o paradigma anterior que propunha uma visão assistencialista, de educação preparatória deve ser rompido e precisamos enxergar a criança como pessoa autônoma, inserida num contexto sócio, histórico e cultural.

Na pedagogia da Educação Infantil, as crianças e as interações que estabelecem entre si e com os outros são o ponto de partida para a construção e reconstrução de uma cultura que está viva, é dinâmica, na qual o "corpo e movimento", seus sentidos e significados são vistos e vividos como características especificamente humanas.

A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral.

Nessa nova perspectiva, a educação inclusiva assume as funções: social, cultural e política, garantindo dessa forma, além das necessidades básicas (afetivas, físicas e cognitivas) essenciais ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, a construção do conhecimento de forma significativa, por meio das interações que estabelece com o meio.

INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Historicamente, o professor comum e o professor especializado trabalharam separadamente em virtude do modelo segregativo destinado aos alunos com deficiência, de forma que um trabalho colaborativo não faz parte da nossa experiência profissional. No entanto, a literatura tem apontado a colaboração como um meio eficaz para construção de escolas inclusivas. O desafio posto é criar modelos de colaboração em que o professor comum, com sua experiência na tarefa de ensinar e no manejo da classe, e o professor especializado, com experiência nas especificidades relacionadas às deficiências, una esses saberes em prol do desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos.

O trabalho de colaboração não se destina apenas a favorecer aos alunos com deficiência, mas beneficia a todos os alunos. Construir uma prática flexível capaz de atender as diferenças individuais e oportunizar outras formas de aprendizagem a todos os alunos promove um ambiente educacional democrático e justo, além de promover a prática reflexiva do professor, elemento indispensável para o novo paradigma que a educação inclusiva aponta. A prática colaborativa requer alteração na estrutura da escola de forma a modificar uma cultura de trabalho isolado entre os professores.

Esta gestão pedagógica compreende em um trabalho em conjunto com o professor, de modo a oferecer e a orientar estratégias a esse profissional, com a finalidade de manter uma melhor qualidade pedagógica. E para manter a qualidade se faz necessário desenvolver juntamente com o professor instrumentos que possibilitem tanto uma adequada avaliação dos alunos, como instrumentos que permitam ao professor ter a resposta pedagogicamente mais adequada na sala de aulas.

Para uma melhor abordagem do assunto é fundamental que fique claro para o educador ou profissional da área, a imprescindível observação de forma profunda, enxergando toda singularidade do aluno e assim, direcionando para o processo a ser utilizado, jogos e brinquedos que se adaptem perfeitamente ao mesmo.

É necessário ter e/ou programar um espaço físico e temporal, para que as brincadeiras aconteçam, assim como há diferenças no desenvolvimento da capacidade de brincar das crianças decorrentes da disponibilidade e qualidade de materiais lúdicos que são oferecidos a elas. O corpo docente da educação infantil necessita estar consciente da necessidade do espaço/ambiente, e conhecer a importância da atividade lúdica para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

É importante, na prática, desenvolver fichas de observação para o professor, para que o mesmo possa fazer seu registro sobre a evolução pedagógica de seus alunos, de modo que possa começar a perceber as necessidades de cada um, e a partir daí, discutir sobre as estratégias mais adequadas para responder a tais necessidades que o professor pode observar através das fichas.

A Psicopedagogia pode cooperar com o trabalho realizado na Educação Infantil, principalmente na prevenção de futuros problemas de aprendizagem, oferecendo meios para que seja melhor trabalhado o desenvolvimento infantil, podendo assim:

Apontar direções para o planejamento de atividades a serem realizadas com as crianças;

Sinalizar eventuais dificuldades que as crianças dessa faixa etária possam apresentar;

Realizar um trabalho que possibilite ao aluno desenvolver as funções cognitivas necessárias para que assim melhore em seu desempenho na escola.

Trabalhar em conjunto com o professor, de modo a oferecer e a orientar estratégias a esse profissional, com a finalidade de manter uma melhor qualidade pedagógica.

Desenvolver juntamente com o professor instrumentos que possibilitem tanto uma adequada avaliação dos alunos na educação infantil, assim como instrumentos que permitam ao professor ter a resposta pedagogicamente mais adequada na sala de aulas;

O trabalho lúdico busca propiciar situações concretas que ajudam as crianças a superar suas próprias dificuldades, quer sejam de memória, atenção, observação, raciocínio ou outras, brincando. Este trabalho estimula sentimentos espontâneos contribuindo para a desinibição, favorecendo a construção da confiança e segurança dos alunos na construção do conhecimento. No processo de ensino-aprendizagem o brinquedo ou jogo apresentado ao aluno, pode passar de um objeto concreto apresentado pelo professor para um objeto construído pelo aluno. Porém é fundamental que o professor perceba em que contexto simbólico ou imaginário o objeto do aluno se encontra inserido.

O psicopedagogo utilizará para essa faixa etária tanto no diagnóstico como na intervenção psicopedagógica as brincadeiras. É importante salientar que a brincadeira é a atividade privilegiada da infância. Ela contribuirá tanto na constituição psíquica como no seu processo de desenvolvimento, de aprendizagem e de socialização. Os educadores que se dedicam ao ensino infantil devem ter isso em mente e privilegiar também essa atividade na proposta de tarefas.

O brincar é o primeiro experimentar do mundo que a criança tem, pois através do brincar desenvolvem-se capacidades importantes como a memória, a atenção, a imitação a imaginação, ou seja, o brincar não é uma perda de tempo, nem mesmo um desperdício, pois muito pelo contrário, o BRINCAR vai muito mais além, pois envolve um conjunto de fatores que ajudam no desenvolvimento da linguagem, moral, emocional, afetivo e físico. Ao brincar, a criança passa a ter condições de explorar e refletir sobre a realidade e a cultura na qual está inserida, podendo assim interiorizar, e assim começar a se questionar sobre as regras e papéis sociais. O brincar proporciona o desenvolvimento, a criança aprende a conhecer, fazer, conviver e, sobretudo aprende a ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente trabalho, conclui-se que as crianças com deficiências físicas ou intelectuais que estão matriculados na educação infantil, mostram que a inclusão educacional não vem acontecendo de forma que gostaríamos, a contribuir significativamente para seu o desenvolvimento ainda temos muito que aprender sobre o assunto.

O desafio proposto para uma escola inclusiva é o de desenvolver do ponto de vista pedagógico um currículo que contemple as necessidades especiais do educando, sendo capaz de educar com sucesso todos que nela estão inseridos, discutir a inclusão dos alunos com necessidades especiais em escolas de educação infantil regulares que se encontram preparadas para receber estas crianças.

A escola precisa assumir seu papel no processo de inclusão, buscando realizar as transformações necessárias, desde as adaptações arquitetônicas, curriculares, capacitação de professores e mudanças didáticas, pedagógicas, metodológicas que possam aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem das crianças com deficiências na educação infantil.

A inclusão escolar é uma necessidade real e pontual para possíveis mudanças, em consonância com a modernização e o aperfeiçoamento das práticas educativas, tornando-se consequência natural de todos, em espaço de atualização das condições de ensino, com comprometimento, pois não se trata de um privilégio, mas sim um direito que deve ser respeitado.

No estudo pode-se comprovar as contribuições do lúdico na intervenção psicopedagógica, apresentando novos caminhos a trilhar, e que asseguram o sucesso do educando no processo de construção do conhecimento.

O maior desafio como psicopedagoga é construir com o educando sua reintegração à vida escolar, e no seu dia a dia, construir possibilidades que despertem o seu interesse prevenindo possíveis problemas e recuperando seu aprendizado.

Finalizo esta pesquisa com a convicção de que a escola e a sala de aula devem ser um espaço inclusivo, acolhedor, um ambiente estimulante que sempre reforçará os pontos fortes do indivíduo, reconhecendo suas dificuldades e adaptando-se as peculiaridades do alunado.